



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Processo nº 8513803-48.2019.06.0000**

Assunto: Contratação de cursos básicos e avançados de Direito Civil, Penal, Processual Civil e Processual Penal para servidores deste Tribunal, já aprovado pela Presidência do TJCE, a serem realizados no período 2019/2020, a ser promovido pela empresa UNYLEYA EDUCACIONAL.

**PARECER**

Cuida-se, no presente caso, de requerimento administrativo em que é pretendida a contratação de treinamento para servidores deste Tribunal mediante inscrição dos mesmos em cursos autoinstrucionais de educação a distância, que serão promovidos pela empresa UNYLEYA EDUCACIONAL, nesta capital, no período 2019/2020, com as seguintes temáticas: Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil e Direito Processual Penal.

Prestadas as informações de estilo, vieram os autos à Consultoria Jurídica para parecer quanto à viabilidade da realização da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93.

É, no essencial, o relatório. Cumpre-nos opinar.

Como ressabido, a regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para a contratação de bens e serviços pela Administração Pública, como se depreende a partir da leitura do art. 37, inciso XXI, da CF/88, *in verbis*:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de*

*qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*(...)*

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (Grifo nosso).**

Nota-se, porém, que a própria Constituição Federal atribuiu competência ao legislador para definir hipóteses excepcionais em que é possível a contratação direta pela Administração Pública, sem a necessidade de prévia licitação.

Nesse sentido, regulamentada a ressalva contida na primeira parte do supracitado inciso XXI do art. 37 da CF/88, a Lei nº 8.666/93 estabelece, expressamente, os casos em que a licitação é dispensável, embora possível (art. 24), ou inexigível, por inviabilidade prática de competição no mercado (art. 25).

Pois bem. Partindo de tal premissa, temos que, no presente caso, é sim possível a contratação direta da empresa *UNYLEYA EDUCACIONAL*, por inexigibilidade de licitação, dada a inviabilidade prática de competição no mercado decorrente da singularidade da contratada e dos próprios cursos que serão realizados em si, achando-se atendido, pois, o disposto no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

*"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:*

*II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*

...

*Art. 13. Para os fins desta lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:*  
*VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”*

De fato, trata-se, na espécie, de cursos externos, no estilo EAD, promovido por uma empresa de notória especialização no ramo de capacitação e que oportunizará o treinamento através de profissionais extremamente qualificados, como comprovam os documentos fiscais da contratada (págs. 39/62, dos autos digitais).

Além do que, pelo que dos autos consta, a participação dos servidores no referido curso será importante, na medida em que as atividades desenvolvidas por eles, no dia a dia, estão diretamente relacionadas aos cursos oferecidos

Diante de tal panorama, resta evidenciado, portanto, que não seria factível a realização de processo licitatório no caso em tela, uma vez que, em vista de todas as particularidades acima, certamente, não há no mercado outra oportunidade de capacitação idêntica, com os mesmos conteúdos, instrutores e condições específicas ora apresentadas.

Sobre assunto, não é outra a orientação do colendo Tribunal de Contas da União, como se lê no precedente abaixo colacionado:

*“... as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25 combinado com o Inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93;” (TCU - Decisão nº 439/98 – Rel. Mini Adhemar Paladini Ghisi).*

Na mesma linha do mesmo raciocínio jurídico, a Advocacia-Geral da União expediu a Orientação Normativa nº 18 de 1º de abril de 2009, nos seguintes termos:


*“Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da lei n° 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.”*

## CONCLUSÃO

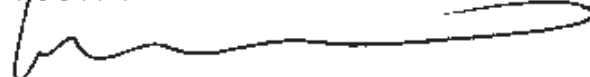
Ante todo o exposto, e ressaltando-se que os aspectos de conveniência e oportunidade se encontram fora da alçada desta Consultoria Jurídica, não vislumbramos óbices à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa UNYLEYA EDUCACIONAL para a inscrição de servidores deste Tribunal nos cursos em tela, tendo por fundamento o disposto no art. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei n.º 8.666/93.

É o parecer. À superior consideração.

Fortaleza, 22 de agosto de 2019.

  
Francisco Siredson Tavares Ramos  
Assessor Jurídico

De acordo. À douta Presidência.

  
Luis Lima Verde Sobrinho  
Consultor Jurídico



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**Processo nº 8513803-48.2019.06.0000**

Assunto: Contratação de cursos básicos e avançados de Direito Civil, Penal, Processual Civil e Processual Penal para servidores deste Tribunal, já aprovado pela Presidência do TJCE, a serem realizados no período 2019/2020, a ser promovido pela empresa UNYLEYA EDUCACIONAL, nesta capital.

R.h.

Aprovo o parecer de fls. retro, por seus próprios fundamentos, que desta decisão passa a ser integrante, ao tempo em que autorizo a contratação por inexigibilidade, nos termos dos arts. 25, inciso II, c/c o art. 13, inciso VI, ambos da Lei n.º 8.666/93.

Encaminhem-se os presentes autos à Coordenadoria de Central de Contratos e Convênio para a devida publicação do Extrato de Inexigibilidade, nos termos do art. 26, da Lei 8.666/93 e, em pó, à Secretaria de Gestão de Pessoas para providenciar a contratação em tela, nos termos da legislação aplicável à espécie;

Cumpra-se.

Fortaleza, 22 de agosto de 2019.

  
**Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará